

Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.

Relatório e Contas 2017



cartagua 



2/2/17

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO 3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 16

3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 21

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 41

h





2
3
4

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

u





Handwritten signature in blue ink.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signature in blue ink.





H
W
H
W

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



EVENTOS RELEVANTES

Ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe um investimento em infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma comparticipação do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge quase 14 milhões de euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2017 foi de 3.459.882,30 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2017 o montante acumulado de 8.735.060,80 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (13.839.402,00 euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 63%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2017 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

A





Handwritten signature/initials in blue ink.

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395.424,77	
		Baixa	862.537,34	
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320.564,72	
		Baixa	190.183,14	
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74.329,00	
		Baixa		
Vale da Pedra		Alta	365.927,00	
		Baixa		
		Sub-total	2.208.965,97	
Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527.163,00	
		Baixa	436.949,77	
	Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta	Baixa	1.499.431,27	
	Vale da Pedra, Casal Lagartos	Baixa	38.000,00	
	Valada, Porto Muge	Alta	85.889,00	
		Baixa	3.000,00	
	Eira, Lapa	Baixa	8.609,84	
	Outros		3.927.051,95	
			Sub-total	6.526.094,83
			Total	8.735.060,80

Rubricas do Plano de Investimento em Execução

ETAR de Valada e respetivo sistema intercetor

A construção da ETAR de Valada e respetivos sistemas intercetores foi alvo de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O custo total elegível da referida obra é de 3.210.289,73 euros, sendo o apoio financeiro da União Europeia de 2.138.052,96 euros.

Em fevereiro foram iniciados os trabalhos para a construção da ETAR de Valada e sistemas intercetores. No decorrer do segundo semestre de 2017, iniciou-se a construção da estação elevatória de águas residuais de Vale da Pedra e a respetiva conduta elevatória, assim como parte da conduta elevatória de Casais Lagartos.



A conclusão da construção da ETAR de Valada encontra-se prevista para o primeiro semestre de 2018.

Handwritten signature/initials in blue ink.

ETAR de Pontével e respetivos sistemas intercetores

A construção da ETAR de Pontével e respetivos sistemas intercetores foi alvo de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). O custo total elegível da referida obra é de 2.663.520,58 euros, sendo o apoio financeiro da União Europeia de 1.557.980,04 euros.





#1 n



No início de 2017, foram iniciados os trabalhos para a construção da ETAR de Pontével e sistemas interceptores.

Os trabalhos da ETAR de Pontével apresentam-se praticamente concluídos.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção da segurança e saúde no trabalho e a prevenção no respetivo âmbito são consideradas um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias. Assim, a Cartágua obteve a certificação na norma OHSAS 18001 em 2015.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições definidas.

De acordo com o planeamento realizado no final de 2016, no decorrer do ano de 2017 realizaram-se alguns trabalhos em matéria de segurança e saúde no trabalho, destacando-se a proteção da prensa de lamas da ETAR do Cartaxo, a instalação do sistema de deteção de incêndio no Centro Operacional, a aquisição e instalação de duas linhas de vida na ETAR do Cartaxo, uma nas escadas do leito percolador e outra na escada do digestor de lamas.

No ano de 2017 foram realizadas diversas ações em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, onde se salienta:

- A realização de auditorias em matéria de SST, em todas as instalações;
- Avaliação de riscos de todos os postos de trabalho;
- Avaliação de riscos Psicossociais;
- Avaliação/verificação das máquinas e equipamentos;
- Avaliação da iluminância;
- Avaliação do conforto térmico;
- Avaliação da qualidade do ar interior;
- Avaliação de ruído ocupacional



CONTROLO DE PRAGAS

O plano de controlo de pragas de todos os locais afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e de recolha e tratamento de águas residuais mantém-se com uma periodicidade bimensal.

A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

Entre os dias 23 e 27 de outubro de 2017, realizou-se a auditoria externa de acompanhamento, pela entidade certificadora LusAenor, para verificação e determinação do grau de cumprimento dos





2
M
F

requisitos estabelecidos no sistema de gestão implementado na Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A., relativo às normas de referência ISO 9001 e ISO 14001, mantendo os Certificados atribuídos.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

Qualidade de água para consumo humano

A Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A., de forma a monitorizar a qualidade da água distribuída realizou, no decorrer do ano de 2017, análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

O controlo da qualidade da água captada, nos cinco furos de captação, é assegurado com recolhas de amostras realizadas com uma periodicidade trimestral.

Todas as análises efetuadas, tal como as respetivas recolhas, são realizadas por um laboratório externo à entidade, CESAB, que se encontra devidamente acreditado para o efeito.

A Cartágua além de realizar o controlo previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, efetua diariamente um controlo operacional à água destinada ao consumo humano, de forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias, com o objetivo de implementar com a maior brevidade possível, medidas eficazes.

Em 2017 foram efetuadas 721 análises aos diversos parâmetros cujos resultados se apresentaram em conformidade com os parâmetros de qualidade estabelecidos na legislação em vigor.

Qualidade das águas residuais

No que se refere às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), estas estão a ser monitorizadas de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de exploração, emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou, na sua ausência, em conformidade com o disposto na legislação em vigor.



h

Qualidade das águas brutas

Os cinco furos de captação do Concelho do Cartaxo são monitorizados de acordo com o estipulado no Anexo I, categoria A1 do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

A 18 de Junho de 2012 foi emitida a licença de utilização de recursos hídricos para captação de águas subterrâneas particulares destinadas ao abastecimento público, iniciando-se a monitorização das captações de acordo com o estipulado na referida licença.

No decorrer do ano 2017, realizaram-se 800 análises aos diversos parâmetros. Das análises realizadas aos cinco furos de captação, não se registou qualquer incumprimento.





Handwritten initials and numbers in blue ink, including '2', '9', and '5'.

Volumes de Água Comprada e Captada

Em 2017, a empresa captou um volume de água de 1.508.104 m³ através dos seus cinco furos de captação. No que diz respeito a água comprada, esta totalizou um volume de 158.400 m³.

Volume Faturado

No que respeita ao volume de água faturado no abastecimento, a Cartágua faturou em 2017 um total de 1.251.799 m³. Relativamente ao número de clientes de abastecimento, a sociedade tinha em dezembro de 2017 um total de 12.357 clientes.

No que respeita volume no saneamento, a empresa faturou no ano de 2017 um total de 927.127 m³. Em dezembro de 2017, o número de clientes de saneamento era de 9.621.

Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas

Em 2017, o número de intervenções não programadas em ramais de abastecimento, condutas e coletores correspondeu a um total de 382 intervenções, sendo 178 em ramais, 160 em condutas e 44 em outras intervenções.

Relativamente às interrupções de funcionamento planeadas, foram efetuadas 44 interrupções com aviso prévio.

Volume de água residual recolhida e tratada

O volume de água residual recolhido nas quatro ETAR's foi de 875.570 m³, dos quais foram tratados 811.934 m³.

Durante o ano de 2017, a ETAR do Cartaxo recolheu um total de 748.009 m³ de águas residuais e tratou 685.966 m³. O diferencial verificado entre os caudais tratados e recolhidos, deve-se principalmente ao facto de a rede de drenagem ser maioritariamente unitária. Quando se verifica um aumento de pluviosidade, aflui um elevado caudal à ETAR, originando uma descarga pelos descarregadores de tempestade.

Nos meses entre janeiro e dezembro de 2017, a ETAR de Pontével tratou 108.815 m³ de água de água residual.

INSTALAÇÃO DE CONTADORES

A renovação do parque de contadores do concelho do Cartaxo evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente, que lhe seja faturada a quantidade de água que efetivamente consome.

No que respeita ao ano de 2017 foram substituídos 882 contadores.

REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

No que se refere à construção de rede de distribuição de água para consumo humano entre janeiro e dezembro de 2017, a concessionária procedeu à substituição de 1.101 metros lineares.





Handwritten blue notes: "76 n" and "21 d".

Relativamente à rede de drenagem de águas residuais, em 2017, a empresa construiu 78 metros lineares de rede de drenagem de águas residuais. No entanto, não se procedeu a qualquer substituição das redes de águas residuais existentes.

INSTALAÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

A instalação de ramais para abastecimento de água, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2017 totaliza 58 ramais dos quais 25 são novos e 33 foram substituídos durante intervenções realizadas nos próprios ramais, isto devido ao seu avançado estado de deterioração.

Em 2017, a sociedade construiu 22 ramais domiciliários de saneamento, não tendo procedido a qualquer substituição de ramais de saneamento.



NÚMERO DE ROTURAS E OBSTRUÇÕES NA REDE DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

A Cartágua com o intuito de aumentar o rendimento hidráulico da rede e de forma a minimizar o desperdício de água, tem como objetivo reparar mais rapidamente as roturas que possam surgir na rede ou nos ramais de abastecimento de água.

Tendo em conta que a rede de distribuição ainda contempla uma extensão significativa de condutas em fibrocimento, este ano registou-se um total de 169 intervenções, entre roturas na rede e ramais de abastecimento.

As obstruções na rede coletora constituem uma dificuldade para o correto e eficiente funcionamento da mesma. Para um aumento na eficácia das redes de saneamento, a concessionária tem como objetivo a manutenção permanente com o objetivo de otimizar o seu funcionamento, nomeadamente prevenindo obstruções. Neste ano a Cartágua, procedeu à manutenção da rede coletora totalizando 75 intervenções.

LIMPEZA DE REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

Constitui um dos principais objetivos da concessionária a manutenção da rede coletora do concelho do Cartaxo, pelo que a limpeza da rede é efetuada com uma periodicidade mínima semestral.

As limpezas na rede coletora são realizadas, principalmente, na primavera e no outono, evitando desta forma as obstruções na rede, nos ramais e nos descarregadores de tempestade. Todas as ações são realizadas com camiões combinados que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza.

Em 2017, a Cartágua procedeu à limpeza de 9.555 metros lineares de redes de águas residuais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.





n!

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2017 de 24 pessoas. Em 2016 foi de 23 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa privada com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2017, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2016 e 2017.

m

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 6.521 milhões de euros (3.061 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 3.460 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.





5 2
H

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 7,85% (de 2.837.967,69 euros em 2016 para 3.060.748,45 euros em 2017), e, a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 1.158,57% (de 274.905,42 euros em 2016 para 3.459.882,30 euros em 2017).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2017 de 6.487.093,92 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.018.219,53 euros, representa um decréscimo de 114,93%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 86.264,78 euros, representando 1,33% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 134.012,28 euros, representando então cerca de 4,44% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -35,63%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção) registou 1.433.618,64 euros, representando cerca de 22,10% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.253.663,66 euros, representando então cerca de 41,54% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 14,35%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2017, contribuiu para 51,74% dos gastos totais, o equivalente a 3.459.882,30 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 369.527,21 euros, representando cerca de 5,70% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 342.228,90 euros, representando então cerca de 11,34% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 7,98%.

A Cartágua registou em 2017 perdas/reversões por imparidade no valor de -2.015,83 euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2017, o montante de 168.476,06 euros (2,60% do total dos gastos do período), tendo registado em 2016 o valor de 159.390,59 euros (5,28% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acréscimo de 5,70%.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou uma variação expressiva, relacionado com o aumento do investimento e consequente amortização, apresentando cerca de 711.528,40 euros, para o período em análise, face a 575.527,19 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 10,97% e 19,07%, sendo a sua variação entre períodos de 24%.

O montante de juros de financiamentos obtidos diminuiu face ao ano anterior. No exercício de 2017, esta rubrica apresentou um valor de 255.780,70 euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 278.491,49 euros.

Am





Handwritten signature in blue ink.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2017 de 6.520.630,75 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.112.873,11 euros, representa um acréscimo de 109,47%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2017 cerca de 3.060.748,45 euros, que comparada com o exercício anterior revela um acréscimo de 7,85% face ao valor de 2.837.967,69 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2017 com 3.459.882,30 euros, face ao valor de 274.905,42 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos registou no período em análise 166.421,61 euros. A mesma rubrica registava em 2016 o valor de 4.722,86 euros. A variação é explicada pela imputação do subsídio aos rendimentos no montante de 127.449,39 euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 144.524,54 euros, representa um aumento significativo face ao exercício anterior, no qual o mesmo apresentou um valor de 79.652,78 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua sofreu um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a Cartágua continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 1.167.267,54 euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 20,54% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 16,02%, situando-se no final de 2017 em 455.739,14 euros.

	Ano 2017	Ano 2016
Rentabilidade do ativo total	0,64%	0,44%
Rentabilidade dos capitais próprios	2,98%	4,05%
Rentabilidade das vendas	2,22%	2,56%
EBITDA	1.167.267,54 €	968.352,33 €
EBIT	455.739,14 €	392.825,14 €

Handwritten signature in blue ink.





Handwritten signature in blue ink.

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 18.188.226,69 euros em 2016 para 22.700.975,75 euros em 2017, sobretudo devido ao aumento do investimento em 3.696 milhões de euros.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 1.968.194,81 euros em 2016 para 4.854.090,35 euros em 2017, tendo aumentado a sua importância na estrutura de capitais, passando de 10,82% para 21,38%, conjuntamente com um aumento do valor do passivo, de 16.220.031,88 euros em 2016 para 17.846.885,40 euros em 2017.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2017, em termos percentuais, um acréscimo na variação dos mesmos face ao ano de 2016:

	Ano 2017	Ano 2016
Capitais próprios	4.854.090,35 €	1.968.194,81 €
Passivo total	17.846.885,40 €	16.220.031,88 €
Passivo corrente	12.742.544,43 €	11.351.841,61 €
Ativo total	22.700.975,75 €	18.188.226,69 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	21,38%	10,82%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	27,20%	12,13%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	78,62%	89,18%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	71,40%	69,99%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Cartágua prossegue o seu mandato para o triénio 2016-2018.

A Administração da Cartágua está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência dos grupos empresariais em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Cartágua encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.

Handwritten signature in blue ink.





PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do período, que ascendeu a 144.524,54 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	7.226,23 euros
Para Resultados Transitados:	6.130,91 euros
Para Outras Reservas:	131.167,40 euros



AGRADECIMENTOS

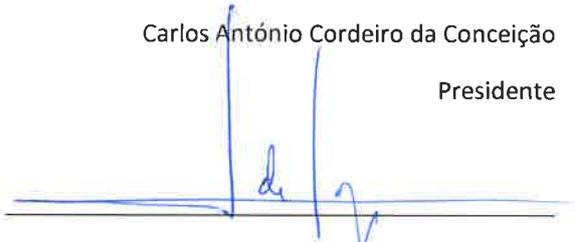
O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, a 28 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Carlos António Cordeiro da Conceição
Presidente



Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal



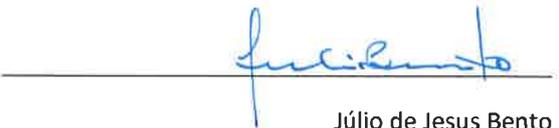
Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



Júlio de Jesus Bento

Vogal



Handwritten blue scribbles in the top right corner, including a hashtag symbol (#).



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Handwritten blue scribble in the bottom right corner, resembling a stylized 'h' or 'w'.





CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	110.132,32	59.687,82
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	19.379.698,22	16.379.108,56
Outros ativos financeiros		598,85	55,50
Ativos por impostos diferidos	3.4 ; 7	379.965,45	307.440,84
subtotal		19.870.394,84	16.746.292,72
Ativo corrente			
Inventários	3.5 ; 15	41.247,23	47.365,62
Clientes	3.7 ; 9	509.803,91	324.343,09
Estado e outros entes públicos	3.7 ; 8	129.176,35	231.152,55
Outros créditos a receber	3.7 ; 9	1.248.359,28	118.709,75
Diferimentos	10	2.474,18	6.282,57
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 4	899.519,96	714.080,39
subtotal		2.830.580,91	1.441.933,97
Total do ativo		22.700.975,75	18.188.226,69
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.6 ; 14	1.850.000,00	1.850.000,00
Reservas legais	3.6 ; 14	24.668,53	20.685,89
Outras reservas	3.6 ; 14	99.657,20	23.987,05
Resultados transitados	3.6 ; 14	(6.130,91)	(6.130,91)
Outras variações no capital próprio	3.6 ; 14	2.741.370,99	0,00
Resultado líquido do período	3.6 ; 14	144.524,54	79.652,78
Total do capital próprio		4.854.090,35	1.968.194,81
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	5.104.340,97	4.868.190,27
subtotal		5.104.340,97	4.868.190,27
Passivo corrente			
Fornecedores	3.7 ; 13	2.680.141,78	2.448.933,26
Estado e outros entes públicos	3.7 ; 8	72.290,39	49.468,85
Financiamentos obtidos	3.7 ; 12	5.475.000,00	5.475.000,00
Outras dívidas a pagar	3.7 ; 13	4.515.112,26	3.378.439,50
subtotal		12.742.544,43	11.351.841,61
Total do passivo		17.846.885,40	16.220.031,88
Total do capital próprio e do passivo		22.700.975,75	18.188.226,69

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



cartágua p.17

CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

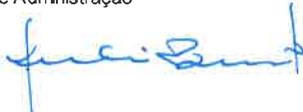
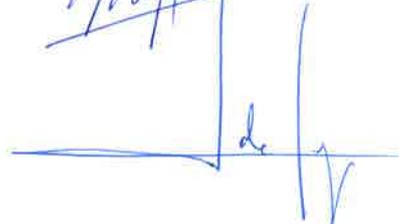
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3 8 ; 15	6 520.630,75	3 112 873,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(86 264,78)	(134 012,28)
Fornecimentos e serviços externos	17	(4 893 500,94)	(1 528 569,08)
Gastos com o pessoal	18	(369.527,21)	(342 228,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(2 015,83)	14 957,21
Outros rendimentos	19	166.421,61	4 722,86
Outros gastos	20	(168.476,06)	(159 390,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.167.267,54	968.352,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 10 ; 21	(711.528,40)	(575 527,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		455.739,14	392.825,14
Juros e gastos similares suportados	22	(255.780,70)	(278 491,49)
Resultado antes de impostos		199.958,44	114.333,65
Imposto sobre o rendimento do período	23	(55.433,90)	(34 680,87)
Resultado líquido do período		144.524,54	79.652,78

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

 
 Carlos Alberto 




CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

RUBRICAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.879.738,75	2.874.915,59
Pagamentos a fornecedores	(1.096.443,58)	(1.601.491,45)
Pagamentos ao pessoal	(367.635,89)	(348.068,09)
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(107.154,51)	(62.820,11)
Outros recebimentos/pagamentos	(128.662,34)	(273.055,99)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.179.842,43	589.479,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(66.529,56)	(53.257,47)
Ativos intangíveis	(2.497.853,41)	(266.248,18)
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	1.747.610,70	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(816.772,27)	(319.505,65)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	500.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	(1.000.000,00)
Juros e gastos similares	(177.630,60)	(249.252,38)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(177.630,60)	(749.252,38)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	185.439,56	(479.278,08)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	714.080,39	1.193.358,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	899.519,95	714.080,39

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



**CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00	20.685,89	23.987,05		(6.130,91)	79.652,78	1.968.194,81
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		3.982,64	75.670,15			(79.652,79)	
Subsídios - POSEUR				2.741.370,99			
Total dos aumentos/dim inuições diretos no capital próprio		3.982,64	75.670,15	2.741.370,99		(79.652,79)	2.741.370,99
Resultado líquido do período					(6.130,91)	144.524,54	144.524,54
Posição no fim do período	1.850.000,00	24.668,53	99.657,20	2.741.370,99	(6.130,91)	144.524,54	4.854.090,35

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00	19.439,94	314,08		(6.130,91)	24.918,92	1.888.542,03
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		1.245,95	23.672,97			(24.918,92)	
Total dos aumentos/dim inuições diretos no capital próprio		1.245,95	23.672,97			(24.918,92)	
Resultado líquido do período					(6.130,91)	79.652,78	79.652,78
Posição no fim do período	1.850.000,00	20.685,89	23.987,05	2.741.370,99	(6.130,91)	79.652,78	1.968.194,81

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

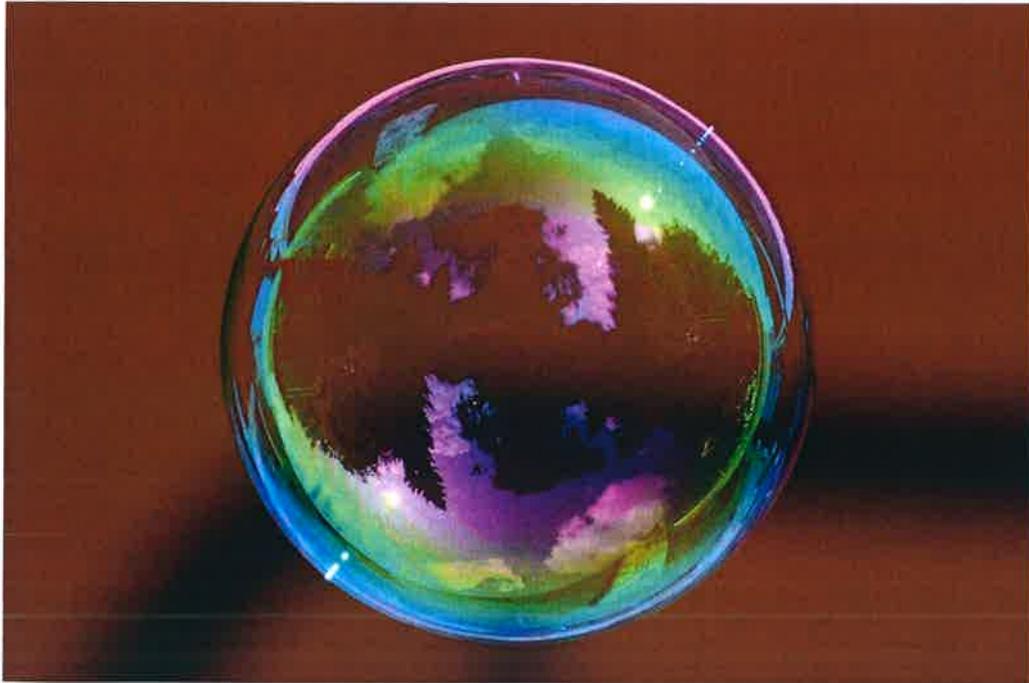


O Conselho de Administração

cartáguas p.20



[Handwritten signature]



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

[Handwritten signature]





Handwritten initials and numbers in blue ink, including '2', '3/4', and '5/4'.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas

Handwritten signature in blue ink.



E # 2 /
m j



nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.^a do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.





Handwritten signature in blue ink.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 13,839 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

Handwritten signature in blue ink.



B
H
W
f

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado Líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

h



IS
24
V
21
H

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outras variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) ajustado com a taxa de imposto do exercício mais a derrama.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Cientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.



IS #1 v



Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras dívidas a pagar

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de gastos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

h





Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.





Handwritten signature in blue ink.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era:

	Ano 2017	Ano 2016
Caixa	5.500,06 €	4.123,25 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	23.083,47 €	40.984,30 €
Caixa Geral de Depósitos	870.936,43 €	668.972,84 €
Total	899.519,96 €	714.080,39 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

Handwritten mark in blue ink.





TS

W
H

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	90 681,55 €	63 309,56 €	0,00 €	0,00 €	153 991,11 €
Equipamento de transporte	14 471,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 471,04 €
Equipamento administrativo	58 975,31 €	3 220,00 €	0,00 €	0,00 €	62 195,31 €
Total	164.127,90 €	66.529,56 €	0,00 €	0,00 €	230.657,46 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	55 775,40 €	11 111,23 €	0,00 €	-13 510,48 €	53 376,15 €
Equipamento de transporte	9 142,39 €	1 776,22 €	0,00 €	0,00 €	10 918,61 €
Equipamento administrativo	39 522,29 €	3 197,61 €	0,00 €	13 510,48 €	56 230,38 €
Total	104.440,08 €	16.085,06 €	0,00 €	0,00 €	120.525,14 €
Saldo líquido	59.687,82 €				110.132,32 €
ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	44 528,95 €	46 152,60 €	0,00 €	0,00 €	90 681,55 €
Equipamento de transporte	7 366,17 €	7 104,87 €	0,00 €	0,00 €	14 471,04 €
Equipamento administrativo	58 975,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 975,31 €
Total	110.870,43 €	53.257,47 €	0,00 €	0,00 €	164.127,90 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	36 122,68 €	4 871,08 €	0,00 €	14 781,64 €	55 775,40 €
Equipamento de transporte	7 366,17 €	1 776,22 €	0,00 €	0,00 €	9 142,39 €
Equipamento administrativo	53 417,98 €	885,95 €	0,00 €	-14 781,64 €	39 522,29 €
Total	96.906,83 €	7.533,25 €	0,00 €	0,00 €	104.440,08 €
Saldo líquido	13.963,60 €				59.687,82 €

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	20 320 700,13 €	3 696 033,00 €	0,00 €	0,00 €	24 016 733,13 €
Total	20.320.700,13 €	3.696.033,00 €	0,00 €	0,00 €	24.016.733,13 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme	3 941 591,57 €	695 443,34 €	0,00 €	0,00 €	4 637 034,91 €
Total	3.941.591,57 €	695.443,34 €	0,00 €	0,00 €	4.637.034,91 €
Saldo líquido	16.379.108,56 €				19.379.698,22 €
ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	20 320 700,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 320 700,13 €
Total	20.320.700,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.320.700,13 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firme	3 373 597,63 €	567 993,94 €	0,00 €	0,00 €	3 941 591,57 €
Total	3.373.597,63 €	567.993,94 €	0,00 €	0,00 €	3.941.591,57 €
Saldo líquido	16.947.102,50 €				16.379.108,56 €





Handwritten signature in blue ink.

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	4.868.190,27 €	5.143.095,69 €
Aumentos	3.696.033,00 €	0,00 €
Diminuições (Nota 17)	(3.459.882,30) €	(274.905,42) €
Total	5.104.340,97 €	4.868.190,27 €

O aumento da rubrica refere-se ao compromisso assumido com o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) onde foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2017		Ano 2016	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	307.440,84 €	0,00 €	263.592,35 €	0,00 €
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	72.524,61 €	0,00 €	43.848,49 €	0,00 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	72.524,61 €	0,00 €	43.848,49 €	0,00 €
Saldo final	379.965,45 €	0,00 €	307.440,84 €	0,00 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

Handwritten signature in blue ink.





Handwritten initials and numbers in blue ink, including 'IS', '#', and 'W'.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	0,00 €	41.067,59 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	129.176,35 €	190.084,96 €
Total	129.176,35 €	231.152,55 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	59.415,62 €	38.611,62 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	4.780,22 €	5.006,97 €
Contribuições para a segurança social	8.022,03 €	5.850,26 €
Outros impostos	72,52 €	0,00 €
Total	72.290,39 €	49.468,85 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica “Clientes” reflete o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de dezembro de 2017.

	Ano 2017	Ano 2016
Clientes		
Clientes C/C	520.558,06 €	333.081,41 €
Perdas por imparidade acumuladas	(10.754,15) €	(8.738,32) €
Total	509.803,91 €	324.343,09 €

Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	(8.738,32) €	(23.695,53) €
Reforço	(15.657,72) €	(26.067,79) €
Reversão	13.641,89 €	41.025,00 €
Saldo final	(10.754,15)	(8.738,32)
Variação Ano	(2.015,83)	14.957,21

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten initials/signature in blue ink.



Relatório e Contas 2017

	Ano 2017	Ano 2016
Outros créditos a receber		
Adiantamentos a fornecedores	4 623,56 €	6 972,71 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	92.859,49 €	83.070,49 €
Devedores e credores diversos		
Cauções	29 666,55 €	28.666,55 €
Subsídios POSEUR	1.121.209,68 €	0,00 €
Total	1.248.359,28 €	118.709,75 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real do consumo efectuado

A rubrica POSEUR inclui os montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário, ajustado com a taxa de imposto em vigor, acrescida da derrama.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2 474,18 €	6 282,57 €
Total	2.474,18 €	6.282,57 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60,00% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40,00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos grupos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A - Sucursal em Portugal	1 656 458,35 €	0,00 €	0,00 €	1 521 334,54 €	0,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, SA	938 498,92 €	2.202.000,00 €	643 727,28 €	826 147,66 €	2 202 000,00 €	622 138,68 €
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	0,00 €	0,00 €	1 605 117,57 €	0,00 €	0,00 €	664 568,68 €
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S.L.U	204,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	409,32 €
FCC Aqualia S.A	0,00 €	3 273 000,00 €	1 231 158,39 €	0,00 €	3 273 000,00 €	1 173 178,04 €
Total	2.595.161,94 €	5.475.000,00 €	3.480.003,24 €	2.347.482,20 €	5.475.000,00 €	2.460.294,72 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

Handwritten signature in blue ink.





IS # n 2 H

TRANSAÇÕES	Ano 2017				Ano 2016		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros Rendimentos	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	323 154,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	332 360,61 €	0,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, SA	109 026,77 €	0,00 €	783,24 €	102 871,59 €	164 871,62 €	783,24 €	111 663,57 €
HIDOC - Hidro-Investimentos do Centro	3 438 402,30 €	34 405,35 €	0,00 €	0,00 €	186 131,64 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S L U	2 456,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 455,95 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	0,00 €	1 418,85 €	152 909,11 €	0,00 €	1 235,67 €	166 827,92 €
Total	3.873.040,05 €	34.405,35 €	2.202,09 €	255.780,70 €	685.819,82 €	2.018,91 €	278.491,49 €

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	3.273.000,00 €	3.273.000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2.202.000,00 €	2.202.000,00 €
Total	5.475.000,00 €	5.475.000,00 €

Nota: Os valores constantes da rubrica são referentes a um empréstimo corrente das dos acionistas, com vencimento anual a 31 de dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 5% acrescida da Euribor a 3 meses.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Fornecedores e outras dívidas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Fornecedores		
Fornecedores G/C	84.979,84 €	101.451,06 €
Partes relacionadas (Nota 11)	2.595.161,94 €	2.347.482,20 €
Total	2.680.141,78 €	2.448.933,26 €

	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	23,49 €	22,95 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	1.605.117,57 €	664.568,68 €
Férias e subsídios de férias	48.043,99 €	47.781,63 €
Credores por acréscimos de gastos		
FCC Aqualia (nota 11)	2.654,52 €	1.235,67 €
Hidrotec (nota 11)	0,00 €	409,32 €
Outros	0,00 €	110.375,29 €
Adiantamentos de clientes	6.840,09 €	24.432,96 €
Investimentos reversíveis - Canon a pagar	752.017,01 €	643.629,65 €
Juros a pagar - FCC Aqualia (nota 11)	1.228.503,87 €	1.171.942,37 €
Juros a pagar - Lena (nota 11)	643.727,28 €	622.138,68 €
Devedores e credores diversos	228.184,44 €	91.902,30 €
Total	4.515.112,26 €	3.378.439,50 €





TS

W
#

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 20 de abril de 2017, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 79.652,78 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 3.982,64 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2016, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 24.918,92 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.245,95 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Vendas	2.982.727,43 €	2.758.834,99 €
Serviços Prestados	78.021,02 €	79.132,70 €
Subcontratos (2)	3.459.882,30 €	274.905,42 €
Total	6.520.630,75 €	3.112.873,11 €

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Matérias-primas		
Existências iniciais	47.365,62 €	48.606,82 €
Compras	80.146,39 €	132.771,08 €
Regularização de existências	0,00 €	0,00 €
Existências finais	-41.247,23 €	-47.365,62 €
Total	86.264,78 €	134.012,28 €





Handwritten signature and initials in blue ink.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Subcontratos	0,00 €	10.836,29 €
Subcontratos (2)	3.438.402,30 €	274.905,42 €
Serviços especializados	913.052,47 €	842.715,88 €
Materiais	88.375,55 €	15.455,13 €
Energia e fluidos	237.970,78 €	209.945,35 €
Deslocações, estadas e transportes	10.734,94 €	9.600,68 €
Serviços diversos	204.964,90 €	165.110,33 €
Total	4.893.500,94 €	1.528.569,08 €

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Remunerações	285.646,03 €	269.984,46 €
Encargos sociais	68.036,70 €	58.461,56 €
Seguros de acidentes de trabalho	3.502,05 €	4.417,24 €
Gastos de ação social (SHT)	0,00 €	183,03 €
Outros gastos com o pessoal	12.342,43 €	9.182,61 €
Total	369.527,21 €	342.220,90 €

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2017 de 24 pessoas. Em 2016 foi de 23 pessoas

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Rendimentos suplementares	34.405,35	128,94
Imputação de Subsídios - POSEUR	127.449,39	0,00
Outros rendimentos	4.586,87 €	4.593,92 €
Total	166.421,61 €	4.722,86 €

A rubrica POSEUR inclui os montantes reconhecidos como rendimento em 2017, numa base sistemática, na demonstração financeira para balancear com os gastos relacionados (amortizações).





IS # W
H

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Impostos e taxas	52.006,69 €	24.218,67 €
Serviços bancários	60.870,27 €	60.426,73 €
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00 €	8,30 €
Correções relativas a períodos anteriores	41.067,59 €	5.408,96 €
Dívidas incobráveis	11.054,31 €	41.025,00 €
Outros gastos	3.477,20 €	28.302,93 €
Total	168.476,06 €	159.390,59 €

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" era o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	11.111,23 €	4.871,08 €
Equipamento de transporte	1.776,22 €	1.776,22 €
Equipamento administrativo	3.197,61 €	885,95 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Cannon)	278.146,49 €	278.146,49 €
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	417.296,85 €	289.847,45 €
Total	711.528,40 €	575.527,19 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	255.780,70 €	278.491,49 €
Total	255.780,70 €	278.491,49 €

lu



23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2017, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Em 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se apresenta de seguida:

Handwritten mark





Relatório e Contas 2017

	Ano 2017	Ano 2016
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	71.999,93 €	35.804,30 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	417.296,85 €	289.847,45 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	127.958,51 €	78.529,35 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0,00 €	340,99 €
Correcções relativas a períodos anteriores	41.067,59 €	33.083,26 €
Outros custos a acrescentar	0,00 €	3.787,70 €
Créditos incobráveis	11.054,31 €	41.025,00 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(94.965,26) €	(94.965,26) €
Reversão imparidade	(13.641,89) €	(41.025,00) €
Lucro tributável	560.770,04 €	346.427,79 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Materia coletável	560.770,04 €	346.427,79 €
Coleta	117.161,71	72.149,84
Pagamento especial por conta	0,00	0,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamento por conta	68.542,89	39.917,73
IRC a pagar/(recuperar)	48.618,82	32.232,11
Derrama	8.411,55	5.196,42
Tributações autónomas	2.385,25	1.183,10
Total a pagar/(recuperar)	59.415,62	38.611,62
Imposto corrente do exercício	127.958,51	78.529,35
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(72.524,61) €	(43.848,49) €
Imposto do exercício	55.433,90 €	34.680,86 €

Resultado antes do impacto do imposto diferido activo	199.958,44	114.333,65
Imposto diferido activo (2741/8122)	72.524,61	43.848,49
Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado	(55.433,90)	(34.680,86)
Resultado após impacto do imposto diferido activo	144.524,54	79.652,79

Handwritten signature or mark.



24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2017, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2017	Ano 2016
FCC Aqualia, S.A.	180.000,00 €	180.000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	120.000,00 €	120.000,00 €
Total	300.000,00 €	300.000,00 €

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Rentlei nos anos 2013 e 2014, pelo período de 48 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 2.459,16 Euros.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que justifiquem a sua divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 22.700.976 euros e um total de capital próprio de 4.854.090 euros, incluindo um resultado líquido de 144.525 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas

de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Lisboa, 3 de abril de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOAO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VILAÇA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da **CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.

4. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 3 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056